

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
TERCEIRA CÂMARA

PROCESSO Nº : 11042.000238/94-28  
SESSÃO DE : 20 de fevereiro de 1998  
ACÓRDÃO Nº : 303-28.792  
RECURSO Nº : 118.882  
RECORRENTE : PONTEIO COMERCIAL E IMPORTADORA LTDA  
RECORRIDA : DRJ - PORTO ALEGRE/RS

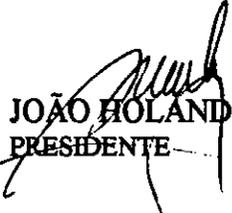
CERTIFICADO DE ORIGEM - Não há como considerá-lo nulo, sem prova convincente de falso conteúdo ideológico e antes que se proceda a consulta ao Órgão emitente do País exportador, prevista no art. 10, da Resolução nº 78 -Aladi - que disciplina o "Regime Geral de Origem", implementada pelo Decreto nº 98.874/90. Ademais, os Decretos nºs 1021/93 e 1568/95, que instrumentaram normas sobre a matéria no âmbito "Aladi" não exigiam qualquer relação cronológica entre o Certificado de Origem e a emissão da fatura.

Recurso provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso voluntário, na forma do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Brasília-DF, em 20 de fevereiro de 1998.

  
JOÃO HOLANDA COSTA  
PRESIDENTE

  
GUINÉS ALVAREZ FERNANDES  
RELATOR

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL  
Coordenação-Geral de Representação Extrajudicial  
da Fazenda Nacional  
Em 13/05/98

  
LUCIANA CORTEZ RORIZ PONTES  
Procuradora da Fazenda Nacional

13/05/98

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros: ANELISE DAUDT PRIETO, MANOEL D'ASSUNÇÃO FERREIRA GOMES, NILTON LUIZ BARTOLI e CELSO FERNANDES. Ausente o Conselheiro SERGIO SILVEIRA MELO.

RECURSO Nº : 118.882  
ACÓRDÃO Nº : 303-28.792  
RECORRENTE : PONTEIO COMERCIAL E IMPORTADORA LTDA  
RECORRIDA : DRJ - PORTO ALEGRE/RS  
RELATOR(A) : GUINÊS ALVAREZ FERNANDES

## RELATÓRIO

A firma epigrafada promoveu através da D.I. nº 01192. de 08/06/94, ante a I.R.F de Jaguarão, a importação de carne bovina congelada, cujo despacho foi instruído com o Certificado de Origem ALADI nº 02504, de 07/06/94, e fatura respectiva nº 1076, com data de embarque em 08/06/94, postulando a redução à alíquota zero do imposto de importação.

Em ato de revisão, a fiscalização aduaneira, em 15.06.94, sob fundamento de que o art. 2º, do Decreto 98.836/90 e Resolução nº 78, do Comitê Aladi (dec.98.874/90) impediam que a emissão do Certificado de Origem fosse feita em data anterior a da fatura correspondente, lavrou auto de infração glosando o benefício fiscal de que gozara a Autuada, imputando-lhe a exigência do imposto de importação, multa de 100% com fundamento no art. 4º da lei 8218/91 e juros de mora, no total de R\$ 15.793,10.

Notificada, a Autuada tempestivamente ofertou a impugnação de fls., arguindo em síntese que :

1)- A diferença de data é de um dia, não justificando a anulação do Certificado de Origem, face ao disposto no art. 24 do Protocolo nº 18 e a penalização só tem fundamento quando há dúvida sobre a autenticidade do documento, o que não é o caso. Além disso o preceito legal se refere a data de embarque e não da emissão da fatura, o que desnatura a eficácia do auto de infração .

A autoridade de 1ª instância preservou parte da imputação tributária inaugural, com fundamento no contido no Acordo 91, entre Brasil e Aladi, instrumentado no Decreto 98.836/90, em cujo artigo 2º, se exige a prévia emissão da fatura, para que dela faça menção o certificado de origem.

Aduz que a exigência não foi revogada pela legislação superveniente, eis que recepcionada no ACE -nº 2 (Decreto 41/91), e ao valer-se de certificado de origem inválido, não logrou a Autuada provar o preenchimento dos requisitos para gozar da redução pleiteada.

Afirma que a solicitação de informações adicionais à Câmara de Indústria do Uruguai prevista no Procotocolo Adicional ACE-nº 2 - Decreto 1024/93, só se justifica no caso de dúvida quanto a veracidade ou autenticidade do certificado. Na hipótese há certeza de que o documento é inverídico, eis que menciona uma fatura

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
TERCEIRA CÂMARA

RECURSO Nº : 118.882  
ACÓRDÃO Nº : 303-28.792

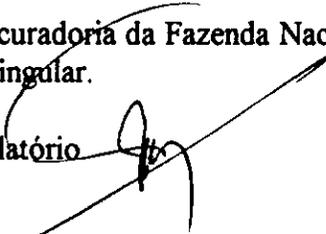
que viria a ser emitida dias depois, o que contraria a legislação e impede o benefício fiscal.

Provê, no entanto, a exclusão da multa de 100%, embasada no art. 106 - I e II do C.T.N, e A.Declaratório Normativo 36/95, da Coordenação do Sistema de Tributação, então vigente, mantendo a imputação do imposto de importação, juros de mora, e impondo ainda a multa de mora.

Regularmente intimada a Autuada ofertou as razões de recurso de fls. 42/50, onde reitera os argumentos expendidos na peça impugnatória, postulando a improcedência da imputação fiscal.

A Procuradoria da Fazenda Nacional manifestou-se à fls. 59/60, pela manutenção do decisório singular.

É o relatório



RECURSO Nº : 118.882  
ACÓRDÃO Nº : 303-28.792

## VOTO

O objeto do litígio no presente feito está fixado em se decidir sobre a legitimidade de Certificados de Origem emitido por órgão competente da área da "Aladi", quando com data precedente a contida no documento fiscal - fatura - da mercadoria.

Esclareça-se desde logo que a legislação que fundamentou a imputação se refere a data da emissão da fatura e o documento de fls. 16 apenas contém expressa a data do embarque da mercadoria, que é posterior a do Certificado de Origem.(fls.9).

Não há qualquer prova, sequer indício, de que a fatura tenha sido emitida na mesma data do embarque da mercadoria. Ao contrário, tendo em vista que o Certificado de Origem faz menção expressa ao número da mencionada fatura que dava cobertura fiscal à mercadoria, a presunção "juris tantum", que não restou elidida, é de que este documento já estaria emitido quando da expedição do atestado que legitimava o benefício fiscal postulado.

Ademais disso, e à míngua de qualquer elemento probatório, nada autorizava a conclusão do julgado singular, com caráter de definitividade, de que o Certificado de Origem era inverídico e inépto para produzir efeitos, sem que se procedesse a consulta ao Órgão emissor do país exportador, consoante o previsto no art.10, da Resolução 78, que signada pelo Brasil e Aladi, disciplina o Regime Geral de Origem, cuja execução foi determinada pelo Decreto 98.874/90.

Observe-se mais, que o Decreto 1024/93, dispôs no art. 1º, que o 18º Protocolo Adicional do Acôrd de Complementação Econômica nº 2, entre Brasil e Uruguai, seria executado e cumprido como nele se contém, inclusive quanto a sua vigência. Ao dispor sobre a emissão dos certificados de origem, aquele Protocolo, datado de 19/07/93, estabeleceu no art. 9º, o prazo de 90 dias, ou seja, a partir de 18/10/93, para que aquele documento obedecesse a novas especificações. E no artigo 10, expressamente estatuiu que:

"Em todos os casos o certificado de origem deverá ser emitido, no mais tardar, na data do embarque da mercadoria amparada pelo mesmo."

Logo, face ao disposto no art. 1º do Decreto 1024/93, quando da importação noticiada no feito, a norma de regência da espécie já previra apenas termo final para a emissão do Certificado de Origem, sem estabelecer qualquer relação com a fatura.

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
TERCEIRA CÂMARA

RECURSO Nº : 118.882  
ACÓRDÃO Nº : 303-28.792

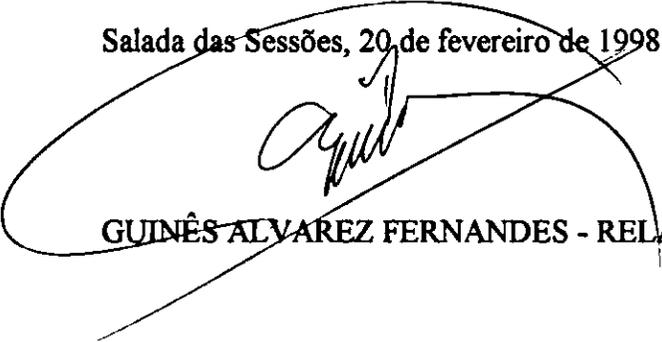
De notar-se que o tratamento da matéria vem sendo elasticido no que respeita a prazos, consoante se vê do 8º Protocolo Adicional do ACE nº 18, entre Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai, de 30/12/94, implementado pelo Decreto nº 1568/95. Segundo se extrai daquela avença internacional, o “Regulamento Geral de Origem” vigente a partir de 1º de janeiro de 1995 - art. 2º - previa no anexo 1 - capítulo V - art. 17, que os certificados deveriam ser emitidos “no mais tardar, dez dias úteis depois do embarque definitivo das mercadorias amparadas pelo mesmo”, sem aludir, também aqui a qualquer relação com a emissão da fatura.

Adicione-se que o Certificado de Origem, como é de sua essência, constitui documento destinado a atestar de onde é originária a mercadoria nele expressamente individualizada, inexistindo, no feito, qualquer impugnação à sua autenticidade.

Anote-se, por derradeiro, que em todas as avenças internacionais mencionadas, se estabeleceu que em nenhuma hipótese se coartaria o fluxo da mercadoria coberta pelo certificado de origem, antes da troca de consultas entre as partes interessadas, inexistindo fixação de qualquer penalidade previamente aplicável, em especial a desproporcional aplicada neste feito, que baseada em mera presunção, concluiu pela nulidade daquele documento.

Face ao exposto, conheço do recurso, para no mérito, dar-lhe provimento.

Salada das Sessões, 20 de fevereiro de 1998



GUINÊS ALVAREZ FERNANDES - RELATOR